

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2011

#### Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL submete à apreciação dos Senhores o Relatório das principais atividades referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado – DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, com os devidos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e de Administração, dos quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da nossa Empresa para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

#### CARTA DO PRESIDENTE

A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob nº.75.805.895/0001-30, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, regendo-se de acordo com a Lei nº 6.404 de 15/12/76 e pela Lei Municipal nº 106/67 de 05/12/1967, tendo como principal atividade o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, conforme Contrato de Concessão nº 27/98 – ANEEL, o qual atingiu 42.029 (quarenta e dois mil e vinte e nove) consumidores em 2011.

Importa destacar a experiência da COCEL em 44 anos distribuindo energia no Município de Campo Largo, patrimônio de todos os campolarguenses, empresa que possui credibilidade perante seus consumidores, considerando a experiência na comercialização de energia elétrica, aliado a estabilidade financeira e a necessária transparência de uma empresa pública.

A COCEL atua em posição privilegiada no Estado do Paraná, situada no corredor de exportação para o Mercosul, sendo o Município de Campo Largo como verdadeiro Pólo Industrial de nosso estado.

No ano que passou reafirmamos nosso compromisso com nossa política da qualidade, bem como a política da qualidade no tratamento das reclamações, considerando ainda a recertificação em 15/12/2011, de acordo com a norma ISO-9001:2008, abrangendo o seguinte escopo: "Tratamento de reclamações de consumidores que compõem os índices de DER e FER e Processo de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade coletivos e individuais estabelecidos pela ANEEL".

Cabe salientar que a COCEL investiu em 2011 o valor de R\$ 6.698 milhões em obras de ampliação, melhoria e reforço de rede de distribuição, veículos e outros bens indispensáveis a correta prestação do serviço público.

A companhia preocupada com a segurança e a qualidade da energia fornecida realizou o deslocamento de 24 km de rede nas regiões do Itambezinho, Cerrado, Faxina, Camarinhas, Prata, São João do Povinho, Campina do Vargedo, Taquaral e Rio Bonito, onde estão instaladas cerca de 800 unidades consumidoras da COCEL, incluindo indústrias de grande porte, como a mineração Tabiporã e a Jazida da Companhia de Cimento Itambé, investimento de aproximadamente R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais).

Destaca-se ainda o comprometimento da COCEL em assegurar que o esforço de eletrificação do campo resulte em incremento da produção agrícola, proporcionando o crescimento da demanda por energia elétrica, o aumento de renda e a inclusão social da população beneficiada. Desde o ano passado a companhia tem realizado obras de mudança de traçado da rede em áreas rurais para melhorar o fornecimento de energia, facilitando sua manutenção e protegendo o meio ambiente.

A COCEL como colaboradora na transformação da situação social da comunidade Campolarguense vem desenvolvendo atividades de suma importância no contexto social, destinando 5% do seu lucro líquido para entidades beneficentes, visando o pagamento das faturas de energia e o desenvolvimento de projetos sociais.

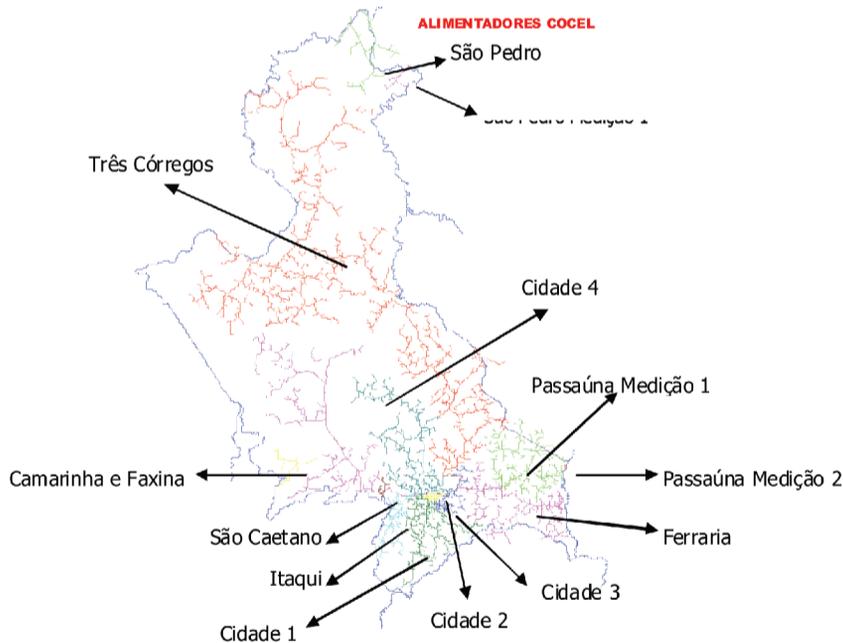
#### A EMPRESA

##### PERFIL

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.359 km<sup>2</sup> e população de 113.881 habitantes, segundo estimativa do IBGE para 2011.

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, sendo todo o seu mercado atendido através da compra de energia da Companhia Paranaense de Energia – COPEL.



#### MISSÃO

"Atender seus consumidores com qualidade de Energia a preços competitivos".

#### VISÃO

"Ser uma empresa que atenda ao mercado em suas necessidades de energia, infra-estrutura e serviços correlatos".

#### PRINCÍPIOS E VALORES

"A Coel, busca promover a satisfação dos consumidores, acionistas, colaboradores e fornecedores".

#### ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

A Companhia Campolarguense de Energia – Coel atua no segmento de distribuição de energia elétrica há 44 anos, e tem se preocupado de forma constante na atualização de práticas de gestão corporativa, bem como nas questões relativas às tecnologias voltadas para sistemas de informações aplicados às empresas modernas, sem, no entanto, deixar de valorizar o seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses anos de existência da Companhia.

#### ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



**Assembléia Geral Ordinária:** obrigatoriamente deverá ocorrer até 30 de abril, onde os Acionistas e Conselhos de Administração e Fiscais examinam as contas da Diretoria, discutem e deliberam sobre relatórios e Balanços anuais;

**Conselho de Administração:** Composto por dez acionistas eleitos pela Assembléia Geral com mandatos de três anos, podendo ser reeleitos. Compete ao Conselho de Administração, orientação sobre negócios da Companhia, eleger, destituir e fiscalizar diretores;

**Conselho Fiscal:** Composto por cinco membros efetivos e cinco membros suplentes, eleitos anualmente pela Assembléia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas;

**Diretorias:** Eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos;

**Controladoria:** No ano de 2007 foi instituído o Sistema de Controle Interno da Companhia, conforme termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da lei complementar nº- 101/2000, com objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Também tem a função de prestar contas e informações sobre a gestão da empresa perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

#### GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia Campolarguense de Energia – Coel, é uma Sociedade de Economia Mista, de Capital Fechado e regulada pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 31.000 (trinta e um milhões de reais), representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2011	2010
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	444.139.217
FAPEN - Instituto de Aposentadoria e Pensões de C. Largo	-	53.929.780
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
<b>Total</b>	<b>500.000.000</b>	<b>500.000.000</b>

Nota: As ações do FAPEN – Instituto de Aposentadoria e Pensões de C. Largo, foram transferidas para a acionista Prefeitura Municipal de Campo Largo em Julho de 2011 conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2294 de 09/06/2011.

#### AUDITORIA EXTERNA

A Coel tem como contratada a empresa BEZ & Associados Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis e financeiras.

#### ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abraçando a Área de Concessão - Mercado de Energia  
A concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que abrange uma população de 113.881 habitantes, conforme estimativa do IBGE para 2011, e a área de 1.359 km<sup>2</sup>.

#### Atendimento ao Consumidor

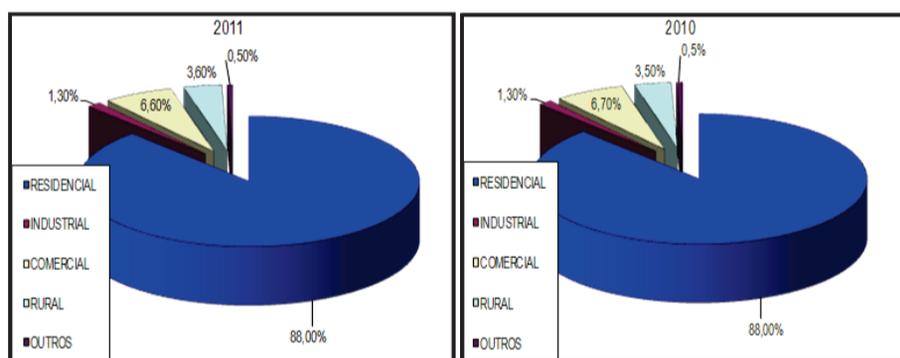
O atendimento aos consumidores é realizado no Setor de Atendimento ao Público na sede Administrativa da Coel e em outros canais alternativos onde o consumidor pode ter acesso aos serviços da Coel sem sair de casa – que são ao atendimento telefônico gratuito (0800-7262121) e o site [www.cocel.com.br](http://www.cocel.com.br).

A Instalação conta com um manual de Normas Técnicas a disposição de seus novos consumidores, sobre a instalação de Padrões de Entrada. Disponível na página eletrônica e também em sua Sede Administrativa.

#### Novas Ligações de Consumidores

Foram realizadas no ano 1.834 novas ligações, das quais 1.606 são da classe residencial. Totalizando no final do exercício de 2011, 41.992 consumidores contra os 40.158 de 2010, o que representa um crescimento de 4,57%. Destaque na classe residencial que representa 88% do número de consumidores.

#### Nº de Consumidores:



#### Serviço de tele atendimento

O serviço de atendimento telefônico é oferecido pela Coel através do telefone 0800 – 726 2121 (ligação gratuita), por meio do qual os consumidores podem fazer solicitações de serviços, informar falta de energia, consultar sobre faturas, realizar sugestões, entre outros. O atendimento a emergências é realizado 24h, todos os dias, e o atendimento comercial é realizado das 8h às 20h de segunda-feira a sábado.

O Setor de Atendimento gerou um total de 145.788 protocolos de atendimento em 2011. Destes, 58.939 atendimentos foram feitos via call center, 85.517 pelo atendimento pessoal, 260 gerados por solicitações via site e 1.072 foram protocolos gerados automaticamente (solicitações de religação geradas automaticamente quando é constatado o pagamento da fatura). Para cada atendimento realizado é gerado um protocolo, e cada consumidor que entra em contato resulta em média em três atendimentos.

Atualmente o Setor de Atendimento dispõe de softwares especialmente elaborados para registrar de forma segura e eficiente todos os contatos feitos pelos consumidores. O software da central telefônica do 0800 também registra todos as ligações, e possibilita que mesmo aqueles consumidores que não puderam ser atendidos em um primeiro momento recebam o retorno dos atendentes. Quando todos os atendentes estão ocupados, o consumidor é avisado que para que deixe sua mensagem e o mais rápido possível um atendente retornará a ligação.

	2007	2008	2009	2010	2011
Atendimentos pelo 0800 - 726 2121	2.804	9.982	90.429	98.731	104.120
Total de ligações atendidas	100%	100%	74,7%	78%	82,3%
Percentual de ligações atendidas, do total de ligações registradas	-	-	25,3%	22%	17,7%
Percentual de ligações não atendidas	-	-	45s	45s	33s
Tempo médio de espera até o início do atendimento	-	-	-	-	-

\* Apenas em 2009 a Coel passou a contar com o software que possibilita o registro de todas as chamadas, assim como a separação entre as chamadas atendidas e perdidas.

#### Agência virtual

Através de seu site [www.cocel.com.br](http://www.cocel.com.br), a Coel disponibiliza aos seus consumidores serviços como consulta ao histórico de consumo e valores de faturas, emissão de segundas-vias do boleto para pagamento, solicitação de serviços e informações sobre os agentes arrecadadores e desligamentos programados. As principais notícias da Companhia são encontradas no site, assim como a história da empresa, organograma, normas técnicas e informações para os fornecedores. Através do site, o consumidor também consegue entrar em contato diretamente com o ouvidor, e com os responsáveis de cada setor da Coel. Em agosto de 2011 foi incluído o campo "Fale conosco" em nosso site, possibilitando que o consumidor entre em contato diretamente com o Setor de Atendimento e aumentando a gama de solicitações que podem ser realizadas via internet. Foram realizados 169 contatos via "Fale conosco" em 2011.

#### Agentes arrecadadores

A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a Coel conta com 34 agentes arrecadadores conveniados e contratados, lotéricas, além de outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

#### Ouvidoria

A Ouvidoria da Coel é um setor independente dos demais, e fica à disposição dos clientes que desejarem fazer sugestões ou críticas. É uma forma de ampliar os canais de comunicação entre a Companhia e seus consumidores.

No ano de 2011, a Ouvidoria atendeu 120 reclamações de clientes, sendo que 30% delas foram feitas via telefone, 60% pessoalmente e 10% foram registradas junto à Anel.

## Continuação

### ASPECTOS OPERACIONAIS

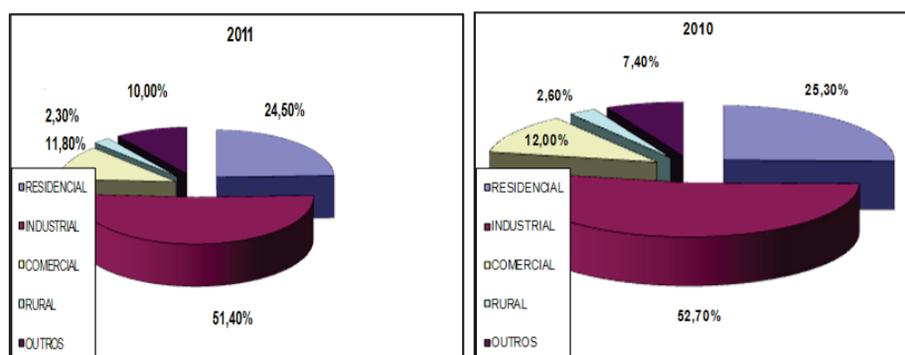
A classe industrial composta por 536 consumidores, representa 1,28% do total de consumidores, 51,37% do mercado de energia em kWh, e 46,33% do faturamento bruto.

A relação consumidores/empregados passou de 375 para 359 consumidores para cada empregado em 2011.

A energia requerida ao longo do exercício de 2011 adquirida integralmente da nossa supridora Companhia Paranaense de Energia – COPEL apresentou um crescimento de 7,8%, passando de 262.706 MWh para 283.289 MWh 2011.

O consumo total de energia faturada pela COCEL, em 2011, totalizou 268.307 MWh um crescimento de 8,46%, comparando com a energia faturada no ano de 2010, que totalizou 247.384 MWh.

### Mercado de Energia Vendida: (MWh)

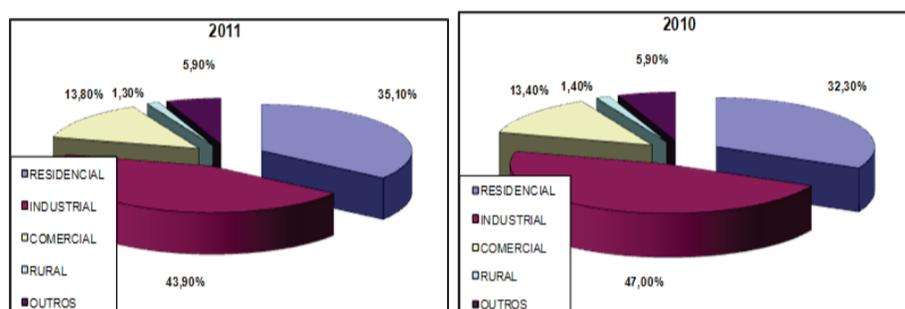


### Receita de Fornecimento de Energia Elétrica

Em 21 de Junho de 2011, conforme a Resolução Homologatória nº 1.159/2011-ANEEL, ocorreu o reajuste tarifário anual quando as tarifas foram reajustadas em média 5,06%, sendo 4,58% relativos ao reajuste anual econômico e 0,48% referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 3,34% a serem percebidos pelos consumidores cativos.

O faturamento de energia elétrica incluído a receita não faturada apresentou um crescimento de 11,7 %, passando de R\$ 87.952 mil para R\$ 98.215 mil em 2011.

### Energia Vendida: (R\$)



### Tarifas de Energia Elétrica

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluído os valores do ICMS, Cofins e do Pis/Pasep, atingiu em Dezembro/2011, R\$ 248,16/MWh, aumento de 2,8% em relação a dezembro de 2010.

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e técnicas foram de 5,78%.

Classe	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2011	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2010
Residencial	333,50	308,77
Industrial	209,48	211,94
Comercial	278,25	269,08
Rural	181,64	183,64
Outros	199,15	193,36
<b>Tarifa Média</b>	<b>248,16</b>	<b>241,38</b>

### QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) módulo COD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, no direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e FEC realizados no exercício 2011 no Conjunto Campo Largo foi de 8,44 e 7,24 e no Conjunto DCL foi de 13,70 e 10,82.

### INVESTIMENTOS

Com a finalidade de melhorar a qualidade de segurança da população foram instaladas 669 novas luminárias em diversas ruas centrais e bairros do município, dentre eles em Bateias, Ouro Verde, Rondinha, Ferraria, Botiatuva, Vila Elisabeth, Centro, entre outros.

### RESUMO DAS OBRAS REALIZADAS

Ao longo do período, a Cocal aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, tendo como prioridade à população localizada no interior do município através do programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos".

Na tabela abaixo apresentamos um resumo das obras realizadas durante o ano de 2011.

Tipo da Obra	Rede B.T. (m)	Rede A.T. (m)	Postes	Trafos	Potência Inst. (kVA)	Qtde. de Obras	Investimento (R\$ em mil)
Ampliação Urbana	7.626	10.920	350	37	1.427	62	1.117
Reforço Urbano	1.740	3.556	96	36	1.686	42	587
Melhoria Urbana	11.007	4.282	248	45	1.462	94	1.180
Ampliação Rural	1.187	9.447	151	30	445	35	223
Reforço Rural	273	1.415	5	8	265	8	55
Melhoria Rural	2.130	6.595	116	17	175	19	281
Luz para Todos	1.006	28.982	371	32	315	20	818
Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	291
Medidores Urbanos / Ramal Aéreo	-	-	-	-	-	-	895
Veículos	-	-	-	-	-	-	420
Intangíveis - softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	97
<b>TOTAL</b>	<b>24.969</b>	<b>65.197</b>	<b>1.337</b>	<b>205</b>	<b>5.775</b>	<b>280</b>	<b>5.964</b>

Com base nessas informações podemos destacar alguns pontos:

- 23% dos investimentos (aproximadamente R\$ 1.377 mil) foram empregados em obras no interior do município com destaque para o Programa Luz para Todos onde foram aplicados 13,7% dos investimentos do ano.

- Aproximadamente R\$ 1.180 mil, foram aplicados em obras de melhoria das redes de distribuição de energia em todo o município.

Tabela comparativa de crescimento do Sistema de Distribuição

	2011	2010
Sistema de Distribuição	709	684
Redes de distribuição - Baixa Tensão (Km)	1.542	1.477
Redes de distribuição - Alta Tensão (Km)	30.356	29.019
Postes - (un)	4.056	3.851
Potência instalada em Transformadores (KVA)	211.258	205.482
Consumidores	41.992	40.158

## Universalização

O Processo de Universalização da Energia Elétrica no Brasil iniciou-se com a edição da Resolução ANEEL n.º 223, de 29 de abril de 2003, que regulamenta a aplicação da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003, que consistia em acabar com a exclusão elétrica no Brasil.

### Programa "Luz para Todos"

#### O que é o programa

O governo federal iniciou em 2004 o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país com o lançamento do programa LUZ PARA TODOS, que tem o objetivo de levar energia elétrica para 10 milhões de pessoas do meio rural até 2008/2009. O programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas, atenderá uma população equivalente aos estados de Piauí, Mato Grosso do Sul, Amazonas e do Distrito Federal.

O programa está orçado em R\$ 12,7 bilhões e está sendo realizado em parceria com as distribuidoras de energia e os governos estaduais. O governo federal destinará 9,1 bilhões ao programa. O restante será partilhado entre governos estaduais e agentes do setor. Os recursos federais virão de fundos setoriais de energia - a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR).

O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários mínimos e 80% estão no meio rural.

### HISTORICO DAS OBRAS DE "LUZ PARA TODOS"

Nas obras do Programa Luz para Todos, a COCEL fornece a ligação da energia elétrica até os domicílios de forma gratuita e inclui a instalação padrão de entrada além de três pontos de luz e duas tomadas. A COCEL atendeu no ano de 2011, 60 consumidores e desde o início do Programa, em Setembro de 2004, o total de clientes atendidos já chega a 1.261 - cerca de 6.000 habitantes.

### QUADRO DE METAS FÍSICAS DO PROGRAMA (PREVISTO X REALIZADO)

Tipo	Realizado em 2011	Realizado 2004/2010	Realizado Total
Consumidores	60	1.201	1.261
Padrões de entrada	60	1.187	1.247
Kit Instalação interna	40	1.008	1.048
Km de rede A.T.	29	295	324
Km de rede B.T.	1	35	36
Postes	371	3.605	3.976
Transformadores	32	467	499
Potência instalada (kVA)	315	818	8.495

### Programa "Luz Fraterna":

Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores que tenham o Bolsa Família cadastrado e consumam no máximo 100 kWh por mês. O programa atende também consumidores de classe rural com ligação monofásica ou bifásica com disjuntor de até 50 amperes para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Luz Fraterna	2011	2010
Nº de residências atendidas	1.464	2.132
Residências atendidas pelo Luz Fraterna, com relação ao total de consumidores residenciais	3,95	6,03
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	264	282
Total da receita de faturamento do Programa Luz Fraterna em relação ao total da receita do faturamento residencial	1,14%	1,39%
Subsídio recebido do Governo Estadual, relativo aos consumidores do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	264	282

### Tarifa de baixa renda

O Programa de Baixa Renda é determinado pela Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010, e proporciona descontos nas faturas de energia, de acordo com os seguintes condições.

I - seus moradores deverão pertencer a uma família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo nacional; ou

II - tenham entre seus moradores quem receba o benefício de prestação continuada da assistência social, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§ 1o Excepcionalmente, será também beneficiada com a Tarifa Social de Energia Elétrica a unidade consumidora habitada por família inscrita no CadÚnico e com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, que tenha entre seus membros portador de doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico pertinente requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica, nos termos do regulamento.

§ 2o A Tarifa Social de Energia Elétrica será aplicada somente a uma única unidade consumidora por família de baixa.

Tarifa de Baixa Renda	2011	2010
Nº de residências atendidas	9.354	9.338
Residências atendidas pelo Baixa Renda, com relação ao total de consumidores residenciais	27,41%	26,41%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	1.479	1.260
Total da receita de faturamento da classe de consumo "Baixa Renda" em relação ao total da receita do faturamento residencial	5,48%	6,21%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do "Baixa Renda" (R\$ mil)	1.479	1.260

### Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento

A COCEL ao elaborar o Programa Anual de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica objetivou ações aplicadas à conscientização da correta utilização do uso da energia elétrica, as quais têm objetivado a educação da sociedade, no sentido do combate ao desperdício, postergando assim obras de expansão do sistema elétrico. A COCEL investirá **R\$ 350 mil reais** no ano de 2012 em projetos que compreendem uma metodologia de aplicação de relógios monofásicos dedicados à rede de distribuição baseada em otimização de indicadores de continuidade, um software que implementará tal metodologia para uso da COCEL e um projeto piloto em um alimentador de distribuição.

### Projetos de Eficiência Energética

A COCEL investiu 100% dos recursos devidos em projeto de uso final, na eficiência energética em atendimento a Comunidades de Baixa Renda.

Total de 2.896 consumidores participaram do programa.

A COCEL realizou um levantamento das instalações elétricas, visando analisar o perfil de utilização de energia em cada residência, para subsidiar com dados técnicos os clientes contemplados na etapa de substituição de geladeiras pouco eficientes por refrigerador de 01 porta com selo PROCEL/INMETRO, categoria "A", de economia de energia elétrica, capacidade de 252 litros com consumo mensal máximo de 23,7 kWh/mês. Nesta etapa foram distribuídas 03 (três) lâmpadas fluorescentes compactas de 15 W com selo PROCEL/INMETRO (para substituírem na mesma quantidade, lâmpadas incandescentes de 60 W) a cada unidade consumidora participante do programa.

ACocel substituiu 500 geladeiras de consumidores baixa renda selecionadas pelo diagnóstico técnico.

- Investimento: **R\$ 532 mil reais**.

### LAJIDA ou EBITDA

Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (Lajida ou Ebitda) totalizou 8,4 milhões e margem de 15,17%, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2009	2010	2011
Depreciação / Amortização	2.432	2.773	2.806
Resultado das Atividades	2.597	4.948	5.604
EBITDA	5.029	7.721	8.410
Receita Operacional Líquida	44.732	51.291	55.453
Margem do EBITDA - %	11,33%	15,05%	15,17%

### POLÍTICA DE REINVESTIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

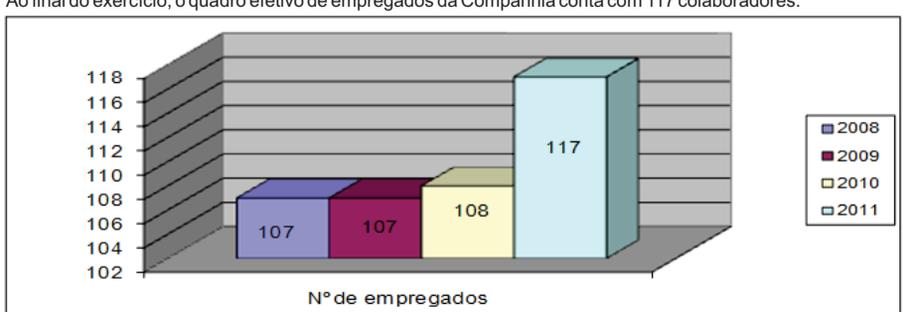
Aos acionistas é garantido estatutariamente um Dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária.

A concessionária optou pôr pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permite sua dedutibilidade, para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. No exercício de 2011, foi apropriado a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 2.500 mil, e também constituiu reserva no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício.

Para atender ao seu programa de Investimento foi retido o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 2.113 mil como Reserva de Retenção de Lucros, de modo a assegurar a realização de obras do próximo exercício pelo orçamento de capital de concessionária.

### Quadro de Colaboradores Efetivos da COCEL

Ao final do exercício, o quadro efetivo de empregados da Companhia conta com 117 colaboradores.



#### Continuação

#### Programa de Alimentação

A CoceL distribuiu através do Programa de Alimentação, R\$ 754 mil em créditos de vale alimentação, que beneficiou todos os seus funcionários registrados.

#### Convênio Médico

Os funcionários contam com o convênio empresarial em parceria com a UNIMED com cobertura em todo o território nacional. A parte do convênio a cargo dos funcionários é em média de 61% (sessenta e um por cento). Nos meses de abril e/ou maio, é realizado campanha de vacinação antigripal estendido a todos os funcionários da Companhia.

#### Convênio odontológico

Em parceria com o Sindicato dos Eletricitários do Estado do Paraná, a CoceL mantém convênio odontológico que abrange em geral todos os tipos de tratamentos dentários. Estende-se também aos dependentes. Sobram a cargo do funcionário sindicalizado 10% ou 50%, dependendo do tipo de tratamento. Na maioria dos tratamentos, 80% do valor é pago pela CoceL.

#### Convênio Farmácia

A CoceL mantém Convênio Farmácia aos seus funcionários e dependentes. Quando apresentado a receita médica, o reembolso dos medicamentos é de 70%.

#### Educação e Treinamento:

#### Programa de Estagiários

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, dentre as quais: Pontifícia Universidade Católica – PUC, Universidades TUIUTI, Faculdade Cenequista Presidente Kennedy, Sociedade Paranaense de Ensino de Informática – SPEI, Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, Centro Universitário Positivo – UNICENP e Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. Contamos atualmente com 03 estudantes que realizam sua complementação de ensino, e que estão estagiando nas diversas áreas da companhia.

#### Menor Aprendiz - Combate a mão-de-obra infantil

A Companhia possui termo de compromisso com a Fundação João XXIII no intuito de colaborar com esta entidade nas ações sociais, encaminhando menores em sua vida profissional. Ao longo do exercício, 05 menores desenvolveram atividades na Companhia.

#### Ajuda de Custo de Material Escolar

A CoceL conta com o programa de auxílio de material escolar que abrange funcionários e seus dependentes, bastando o funcionário apresentar o comprovante de matrícula. No ano foram investidos 38 mil.

#### SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Mantemos uma constante preocupação com a segurança no trabalho com implantações constantes de ações preventivas, dentre as quais, destaca-se a implantação em 2007 da Norma Reguladora 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Também são estendidos a todos os funcionários práticas laborais com exercício semanais

#### Programas de Desenvolvimento e Treinamento

Ao longo do exercício, a companhia investiu o equivalente a R\$ 20 mil em bolsa de estudos visando formação técnica e o desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, objetivando desta forma manter seu quadro funcional sempre atualizado com as últimas evoluções nas áreas tecnológica e gerencial, oferecendo aos mesmos a oportunidade de desenvolverem suas habilidades e potencialidades.

Dessa forma, a área de treinamento da companhia proporciona aos mesmos a oportunidade de realizarem cursos superiores moldados às necessidades e operações da concessionária, com educação contínua nas áreas de qualidade total, de segurança, de gestão e de extensão universitária. Houve ainda investimento referente à aposentadoria privada Brasil Prev no valor de R\$ 25 mil.

#### Cursos e Palestras de Segurança do Trabalho Realizado na Companhia - 2011

Cursos	Carga Horária	Total de Funcionários Treinados
Segurança do Trabalho/Acidentes do Trabalho/EPI's e EPC's, NR's e Riscos Profissionais	80 h	04
Salvamento e resgate em estruturas de rede de distribuição	48h	04
Responsabilidade civil e criminal e relações interpessoais	16h	04
Análise Preliminar de Riscos - APR	16h	04
Fundamentos da Eletricidade	128h	04
NR 10 básico	160h	04
Construção, manutenção e operação de redes de distribuição aérea e aterramento tipo sela	224h	04
Curso para membros da CIPA	280h	14
Reciclagem de construção, manutenção e distribuição aérea e aterramento tipo sela	32h	04
Curso Complementar NR 10 - SEP	160h	04
Treinamento - uso de cesta aérea, uso de EPI's e EPC's	32h	04
Trabalhados na operação e manutenção de moto serra	160h	04
Treinamento de Segurança do Trabalho	16h	04
Curso de Manutenção em rede de distribuição compacta	576h	36
Treinamento de reciclagem bienal da NR 10	688h	43
Entrega técnica de veículos, segurança, manutenção, cuidados em geral	22h	22
Palestras de Segurança DST's - SIPAT	50h	50
Palestras de Segurança Defesa do Consumidor, direitos básicos estabelecidos por lei - SIPAT	56h	56
Operador de Guindauto	48H	2

#### BALANÇO SOCIAL

1. Base de Cálculo	2011 - Valor (R\$ mil)			2010 - Valor (R\$ mil)		
Receita Líquida	55.453			51.291		
Lucro Operacional	3.891			3.657		
Folha de Pagamento Bruta	8.731			7.650		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL
Alimentação	754	8,6%	1,4%	628	8,2%	1,2%
Encargos Sociais Compulsórios sem diretoria	2.121	24,3%	3,8%	1.866	24,4%	3,6%
Previdência privada	25	0,3%	0,0%	22	0,3%	0,0%
Saúde	504	5,8%	0,9%	464	6,1%	0,9%
Segurança e Medicina no Trabalho	110	1,3%	0,2%	92	1,2%	0,2%
Educação	58	0,7%	0,1%	52	0,7%	0,1%
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	21	0,2%	0,1%	36	0,5%	0,1%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	363	4,2%	0,7%	318	4,2%	0,6%
Outros	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total - Indicadores sociais internos	3.956	45,3%	7,1%	3.478	45,5%	6,8%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$)	%sobre LO	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre LO	%sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa “Luz Para Todos”	818	21,0%	1,5%	643	17,6%	1,2%
Programa de pesquisa e eficiência energética	444	11,4%	0,8%	52	1,4%	0,1%
Outros	71	1,83%	0,1%	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	1.262	32,43%	2,3%	1.008	13,9%	2,3%
Tributos (excluídos os encargos sociais)	42.319		76,3%	36.736		71,6%
Total - Indicadores Sociais Externos	44.914		81,0%	38.439		74,9%

	2011	2010
4)Indicadores do Corpo Funcional	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	117	107
Nº de empregados terceirizados	42	42
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	43	33
2º Grau	50	48
1º Grau	24	26
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	21	20
De 30 até 45 anos (exclusive)	62	63
Acima de 45 anos	34	24
Admissões durante o período	12	10
Demissões durante o período	8	10
N.º de mulheres que trabalham na empresa	23	22
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	23,1%	23,0%
Estagiários	3	3
Menor Aprendiz	5	3

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2011			2010		
<b>Relação entre a maior e a menor remuneração</b>	<b>10,05</b>			<b>12,60</b>		
Nº total de acidentes de trabalho	02			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	(X) Pela direção	( ) direção e gerências	( ) Todos os empregados	(X) pela direção	( ) direção e gerências	( ) Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	(X) Pela direção	( ) direção e gerências	( ) Todos os empregados	( ) pela direção	(X) direção e gerências	( ) Todos os empregados
A previdência privada contempla	(X) Pela direção	( ) direção e gerências	( ) Todos os empregados	(X) pela direção	( ) direção e gerências	( ) Todos os empregados
A Participação nos lucros ou resultados contempla	(X) Pela direção	( ) direção e gerências	(X) Todos os empregados	(X) pela direção	( ) direção e gerências	(X) Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	( ) não são considerados	(X) são sugeridos	( ) São exigidos	( ) Não são considerados	(X) são sugeridos	( ) São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	( ) Não se envolve	(X) apóia	( ) Organiza e incentiva	( ) Não se envolve	(X) apóia	( ) Organiza e incentiva

#### AGRADECIMENTOS

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial a colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2011.

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2011.

**GERSON OSMAR GABARDO****EMIGDIO STOCO**  
**DIRETOR PRESIDENTE****DIRETOR TÉCNICO**  
  
**HEITOR OTÁVIO DE JESUS LOPES****VICTOR LUIZ OKRASKADIRETOR**  
**DIRETOR JURÍDICO/ ADMINISTRATIVO****ECONOMICO FINANCEIRO**

## Balanco Patrimonial encerrado em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

PASSIVO	2011	2010
<b>CIRCULANTE</b>		
Fornecedores	4.393	4.279
Folha de pagamento	470	446
Tributos e contribuições sociais	3.255	3.333
Participação nos lucros	415	381
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.255	1.090
Empréstimos e financiamentos	270	270
Credores diversos	851	31
Obrigações estimadas	773	734
Encargos do consumidor	623	482
Encargos tarifários	8	8
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	2.316	1.781
Provisões para contingências	182	202
Outras contas a pagar	388	353
	<b>15.199</b>	<b>13.390</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Tributos e contribuições sociais	6	243
Empréstimos e financiamentos	1.633	1.903
Provisões para contingências	0	18
	<b>1.639</b>	<b>2.164</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital social	31.000	28.000
Reservas de lucros	6.094	6.982
	<b>37.094</b>	<b>34.982</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>53.932</b>	<b>50.536</b>

ATIVO	2011	2010
<b>CIRCULANTE</b>		
Numerário disponível	3.120	4.638
Consumidores concessionários e Permissionários	10.254	9.033
Devedores diversos	1.292	1.475
Serviços em curso	496	52
Provisão pcréditos de liquidação duvidosa	(793)	(734)
Almoxarifado	934	990
Despesas pagas antecipadamente	331	599
Outros créditos	472	560
	<b>16.106</b>	<b>16.613</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Títulos e valores mobiliários	195	195
Depósitos judiciais Tributos a compensar	135	130
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	662	301
	<b>992</b>	<b>626</b>
Investimentos	288	290
Imobilizado	36.020	32.316
Intangível	526	691
	<b>36.834</b>	<b>33.297</b>
	<b>37.826</b>	<b>33.923</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>53.932</b>	<b>50.536</b>

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios Fins em 31 de Dezembro de 2011 e 2010	2011	2010
<b>1. Geração do Valor Adicionado</b>		
Receitas de vendas de energia	98.215	87.952
Outras Receitas de serviços	2.240	2.719
Menos :		
Insumos		
Custo da energia comprada	(37.570)	(35.643)
Materiais	(773)	(640)
Serviços de terceiros	(2.252)	(1.935)
Outros custos operacionais	(579)	(738)
	<b>(41.174)</b>	<b>(38.956)</b>
<b>2. Valor Adicionado Bruto</b>	<b>59.281</b>	<b>51.715</b>
Quotas de reintegrações	(2.807)	(2.773)
<b>3 . Valor Adicionado Líquido Gerado</b>	<b>56.474</b>	<b>48.942</b>
Receitas financeiras líquidas	1.169	1.192
<b>4. Valor Adicionado a Distribuir</b>	<b>57.643</b>	<b>50.134</b>
<b>5. Distribuição do Valor Adicionado</b>		
Remuneração do trabalho	9.914	8.436
Governos: Impostos e Contribuições	42.319	36.736
Encargos Financeiros e Variação Monetária	382	524
Juros s/capital próprio / dividendos	2.500	1.960
Lucros retidos	2.113	2.097
Participação nos Lucros	415	381
<b>Total</b>	<b>57.643</b>	<b>50.134</b>
		<b>91.832</b>

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total R\$ mil
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>	<b>25.000</b>	<b>1.096</b>	<b>6.789</b>	<b>-</b>	<b>32.885</b>
<b>Aumento do Capital Social: Conforme 94º AGE e 42º AGO de 08/04/2010</b>					
Com reservas	3.000	-	(3.000)	-	-
Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	4.057	4.057
Destinação do Lucro proposta a AGO:					
- Reserva Legal	-	203	-	(203)	-
- Reserva de retenção de lucro	-	-	1.894	(1.894)	-
Juros s/Capital próprio (R\$ 3,92 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.960)	(1.960)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>28.000</b>	<b>1.299</b>	<b>5.683</b>	<b>-</b>	<b>34.982</b>
<b>Aumento do Capital Social: Conforme 97º AGE e 43º AGO de 08/04/2010</b>					
Com reservas	3.000	-	(3.000)	-	-
Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	4.613	4.613
Destinação do Lucro proposta a AGO:					
- Reserva Legal	-	231	-	(231)	-
- Reserva de retenção de lucro	-	-	1.882	(1.882)	-
Juros s/Capital próprio (R\$ 5,00 por lote de mil ações)	-	-	-	(2.500)	(2.500)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>31.000</b>	<b>1.530</b>	<b>4.565</b>	<b>-</b>	<b>37.095</b>

## Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

## Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

	2011	2010		2011	2010
<b>Receita Operacional</b>			<b>Atividades Operacionais</b>		
Fornecimento de energia elétrica	98.215	87.952	<b>Lucro líquido do exercício</b>	4.613	4.057
Outras	2.240	2.719	<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa</b>		
	<b>100.455</b>	<b>90.671</b>	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	59	6
<b>Deduções à Receita Operacional</b>			Depreciação e amortização - Investimentos	2.459	2.432
Icms	(27.911)	(24.916)	Crédito PASEP/COFINS Depreciação	646	586
Pasep / Pis	(1.664)	(1.496)	Baixas do imobilizado em serviço	45	116
Cofins	(7.664)	(6.891)	Provisões no Passivo Circulante e Não Circulante	(38)	(13)
Quota para reserva global de reversão	(795)	(436)		7784	7184
Conta de Desenvolvimento Energético	(2.445)	(2.214)	<b>Variação no Ativo Circulante</b>		
Quota para a conta de consumo de combustível	(3.818)	(2.777)	Consumidores e revendedores	(1.221)	(462)
Pesquisa e Desenvolvimento/Eficientização Energética	(705)	(650)	Serviços em curso	(444)	(30)
	<b>(45.002)</b>	<b>(39.380)</b>	Outros créditos	99	(89)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>55.453</b>	<b>51.291</b>	Estoque	56	(186)
<b>Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>			Pagamentos antecipados	(8)	62
Energia elétrica comprada para revenda	(28.106)	(26.384)	Conta Compensação Variação Parcela "A"	276	224
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(5.995)	(5.944)	Devedores diversos	172	(292)
Pessoal	(4.103)	(3.358)		<b>(1.070)</b>	<b>(773)</b>
Material	(527)	(442)	<b>Variação no Passivo Circulante</b>		
Serviços de terceiros	(1.231)	(975)	Fornecedores	114	402
Depreciação e amortização	(1.890)	(1.966)	Folha de pagamento provisões trabalhistas	64	48
Outras	(364)	(461)	Tributos e contribuições sociais	(79)	162
	<b>(42.216)</b>	<b>(39.530)</b>	Variação de dividendos declarados	165	141
<b>Lucro Operacional Bruto</b>	<b>13.237</b>	<b>11.761</b>	Credores diversos - consumidores	1	14
<b>Despesas Operacionais</b>			Conta Compensação Variação Parcela "A"	819	(247)
Despesas com Vendas	(1.787)	(1.702)	Programa Efficient. Energética e Pesquisa e Desenv.	535	531
Despesas Gerais e Administrativas	(5.463)	(4.667)	Encargos do consumidor a recolher	141	233
Outras despesas operacionais	(383)	(444)	Outras contas a pagar	68	93
	<b>(7.633)</b>	<b>(6.813)</b>		<b>1.828</b>	<b>1.377</b>
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>5.604</b>	<b>4.948</b>	<b>Aplicação no Ativo não Circulante</b>		
<b>Receita ( Despesa ) Financeira</b>			Depósitos judiciais	(5)	(18)
Renda de Aplicações financeiras	413	285	Tributos e Contribuições Sociais	(361)	35
Variação monetária e acréscimo moratório-energia vendida	888	831	<b>Redução Ativo Não Circulante</b>		
Outras receitas financeiras	171	111	Baixas Cauções e Depositos vinculados	-	1.135
Juros sobre capital próprio	(2.500)	(1.960)		<b>(366)</b>	<b>1.152</b>
Outras despesas financeiras	(685)	(559)	<b>Aplicação no Passivo não Circulante</b>		
	<b>(1.713)</b>	<b>(1.292)</b>	Parcelamento de débitos fiscais	(236)	243
<b>Lucro antes da Contribuição Social e Imposto de Renda</b>	<b>3.891</b>	<b>3.656</b>	<b>Redução Ativo Não Circulante</b>		
Contribuição social	(378)	(323)	Baixas Cauções e Depositos vinculados	-	(1.135)
Imposto de renda	(985)	(855)		<b>(236)</b>	<b>(892)</b>
<b>Lucro Antes das Participações e da Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio</b>	<b>2.528</b>	<b>2.478</b>	<b>Total das Atividades Operacionais</b>	<b>7.940</b>	<b>8.048</b>
Participações nos Lucros	(415)	(381)	<b>Atividades de Investimentos</b>		
Reversão dos juros sobre o capital próprio	2.500	1.960	Aplicações no imobilizado - obras de distribuição	(6.698)	(5.833)
<b>LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>4.613</b>	<b>4.057</b>	Contribuições do consumidor	307	424
<b>Lucro Líquido por mil ações do Capital Social - R\$</b>	<b>9,2</b>	<b>4,5</b>	Depreciação contribuição consumidor	(298)	(245)
			Participações Societárias	1	
				<b>(6.688)</b>	<b>(5.654)</b>
			<b>Atividades de Financiamentos</b>		
			Empréstimos e financiamentos obtidos	-	226
			Amortização de empréstimos	(167)	(120)
			Juros Financiamentos	(103)	(103)
			Juros sobre Capital Próprio	(2.500)	(1.960)
				<b>(2.770)</b>	<b>(1.957)</b>
			<b>Total de Efeitos no Caixa</b>		
			Saldo inicial de caixa	4.638	4.201
			Saldo final de caixa	3.120	4.638
			<b>Variação no Caixa</b>	<b>(1.518)</b>	<b>407</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2011 E 31/12/2010**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, que detém 99,6% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.359 km².

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, sendo todo o seu mercado atendido através da compra de energia da Companhia Paranaense de Energia – COPEL.

#### 2. DA CONCESSÃO

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica, através da portaria nº 530 de 1º de Dezembro de 1998 do Ministério de Minas e Energia - MME, com vencimento em 07/07/2015.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica foram assinados a partir de 1995, em cada um desses contratos foram estabelecidas as tarifas iniciais e os mecanismos de sua alteração:

Reajuste Tarifário Anual;

Revisão Tarifária Extraordinária;

Revisão Tarifária Periódica.

No caso particular do contrato de concessão da COCEL de nº 27/99 que foi assinado em 30 de Março de 1999, a COCEL passou pela segunda revisão tarifária periódica em 24 de Junho de 2008, que constituiu em estabelecer o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica e a determinação do Fator X.

O Fator X considera os ganhos de produtividade da concessionária, previstos para o próximo período tarifário, decorrentes do crescimento do mercado atendido; a avaliação do grau de satisfação na percepção do consumidor; bem como a manutenção da condição de equilíbrio econômico-financeiro definida na revisão tarifária periódica;

O Fator X é estabelecido em função dos seguintes componentes:

- Xe que reflete os ganhos de produtividade esperados, derivados da mudança na escala do negócio por incremento do consumo de energia elétrica na área servida, tanto pelo aumento do consumo dos consumidores existentes bem como pela incorporação de novos consumidores, no período entre revisões tarifárias, calculado em cada revisão tarifária periódica;

- Xc que reflete a avaliação dos consumidores sobre a sua concessionária, sendo obtido mediante a utilização do resultado da pesquisa Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC, calculado em cada reajuste tarifário anual; e

-Xa que reflete a aplicação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para o componente mão-de-obra da Parcela B da concessionária, calculado em cada reajuste tarifário anual.

No contrato de concessão a receita inicial da concessionária é dividida em duas parcelas. A Parcela A envolve os chamados “custos não gerenciáveis” pela concessionária, relacionados à distribuição de energia elétrica e explicitamente indicados no contrato. São custos cujo montante e variações independem da vontade ou influência da concessionária, como a energia elétrica adquirida para atendimento aos clientes, os custos de transmissão e os encargos setoriais. A Parcela B compreende o valor remanescente da receita envolvendo, portanto, os ditos “custos gerenciáveis”. São custos próprios da atividade de distribuição e de gestão comercial dos clientes, que estão sujeitos ao controle ou influência das práticas gerenciais adotadas pela concessionária, ou seja, os custos de operação (pessoal, material e serviços de terceiros). Além destes, a Parcela B inclui a remuneração do capital e os tributos. Os contratos de concessão contemplam procedimento específico para reajuste dessas parcelas durante cada ano do período tarifário.

#### REVISÃO TARIFÁRIA DA COCEL EM 2008

O processo de Revisão Tarifária Periódica tem como principal objetivo analisar, após um período previamente definido no contrato de concessão (geralmente de 4 anos), o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Destaca-se que enquanto nos reajustes tarifários anuais a “Parcela B” da Receita é atualizada monetariamente pelo IGP-M, no momento da revisão tarifária periódica são calculadas a receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados, com prudência.

A revisão tarifária periódica é realizada mediante o cálculo do reposicionamento tarifário e do estabelecimento do Fator X.

A Resolução Homologatória Aneel nº 664, de 23 de junho de 2008, homologou o resultado provisório da Segunda revisão tarifária periódica, a serem aplicadas a partir de 24 de junho de 2008, considerando o reajuste médio total negativo de 9,91%, sendo negativo de 11,64% relativos ao reposicionamento tarifário e positivo de 1,73% relativo aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica.

A Segunda etapa consiste no cálculo do fator X, que é o estabelecimento de metas de eficiência para o segundo período tarifário que serão expressas na tarifa. Com base na metodologia estabelecida pela resolução nº 234/2006, o calculo preliminar de Xe para a Cocol resultou em 0,20%.

A Resolução Normativa Aneel nº 338, de 25 de novembro de 2008, alterou as disposições da Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006, que disciplina o assunto, e estabeleceu novos conceitos gerais, metodologias aplicáveis e procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. No próximo reajuste tarifário serão revistos os índices publicados em 2008.

#### REAJUSTE TARIFÁRIO DE 2011

Em 21 de Junho de 2011, conforme a Resolução Homologatória nº 1.159/2011-ANEEL, ocorreu o reajuste tarifário anual quando as tarifas foram reajustadas em média 5,06%, sendo 4,58% relativos ao reajuste anual econômico e 0,48% referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 3,34% a serem percebidos pelos consumidores cativos.

#### 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº. 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

#### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### ATIVO CIRCULANTE

##### 4.1.DISPONIBILIDADES

Estão representadas por depósitos bancários avaliadas ao custo de realização até a data do balanço patrimonial.

	2011	2010
Caixa	2	3
Contas Bancárias a Vista	176	834
Numerários em Trânsito	358	160
<b>Total</b>	<b>536</b>	<b>997</b>

Numerários em trânsito:

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

##### 4.2.APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras, no montante de R\$ 2.584 mil (R\$ 3.641 em 2010), estão concentradas na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, e são remuneradas com base na variação do fundo DI.

##### 4.3.CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal, é feito a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	2011	2010
Fornecimento Faturado	7.117	6.140
Fornecimento n/Faturado	2.770	2.583
Outros	367	310
<b>Total</b>	<b>10.254</b>	<b>9.033</b>

O fornecimento faturado apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe:

	Saldo vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 2010	Consolidado 2010
<b>Consumidores</b>					
Residencial	1.307	1.123	327	2.757	2.456
Industrial	2.085	304	96	2.486	2.253
Comercial	583	317	196	1.096	838
Rural	39	17	-	56	56
Poder Público	144	23	59	227	199
<b>Iluminação Pública</b>	<b>256</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>256</b>	<b>196</b>
<b>Serviço Público</b>	<b>124</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>124</b>	<b>117</b>
Governo do Paraná - Luz Fraterna	114	-	-	114	25
	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4.652</b>	<b>1.784</b>	<b>678</b>	<b>7.116</b>	<b>6.140</b>

##### 4.4. DEVEDORES DIVERSOS

	2011	2010
Tributos e Contribuições Sociais	1.086	854
Empregados	120	110
Devedores diversos - Baixa Renda	86	511
<b>Total</b>	<b>1.292</b>	<b>1.475</b>

##### 4.5.PROVISÃO P/ CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PCLD

O valor da PCLD reconhecida é considerada suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber.

Constituída com base nos valores a receber dos consumidores, sendo a classe residencial vencidos a mais de 90 dias, classe comercial vencidos a mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

<b>Consumidores e Revendedores</b>	2011	2010
Residencial	410	381
Industrial	111	106
Comercial	211	185
Rural	-	-
Poder Público	62	62
<b>Total</b>	<b>794</b>	<b>734</b>

##### 4.6.ESTOQUE

Corresponde a materiais no almoxarifado de manutenção e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, no montante de R\$ 934 mil, (R\$ 990 em 31 de dezembro de 2010), e não excedem ao valor de mercado.

##### 4.7.DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Conta de Compensação e Variação de Valores de itens da parcela “A” – CVA: registra as variações ocorridas entre os valores previstos por ocasião dos reajustes tarifários e os valores efetivamente pagos ao longo do ano tarifário, nos seguintes itens: Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; Conta de Desenvolvimento Energético – CDE; Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia - PROINFA e o Custo de Aquisição de Energia Elétrica;

Prêmios de Seguros: Saldo dos pagamentos antecipados de prêmios de seguros vincendos, até a efetiva realização destas despesas pelo regime contábil de competência.

	2011	2010
CCC	89	415
CDE	130	77
PROINFA	6	45
CVA - energia	87	51
Prêmios de Seguros	19	11
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>599</b>

##### 4.8.OUTROS CRÉDITOS

	2011	2010
RGR a Compensar	8	8
Serviços Prestados a Terceiros	284	373
Desativações de bens em curso	(4)	(15)
Alienações em curso	-	-
Outros	184	194
<b>Total</b>	<b>472</b>	<b>560</b>

##### ATIVO NÃO CIRCULANTE

##### 4.9.TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS:

O valor de R\$ 195 mil refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto ao Governo do Estado.

##### 4.10.DEPOSITOS JUDICIAIS

Depósitos vinculados a litígios recursais e cauções trabalhistas:

	2011	2010
Depósitos vinculados a litígios	135	130
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>130</b>

##### 4.11.Outros

Créditos de ICMS referente a aquisições do Ativo Imobilizado a ser compensado 1/48 (um quarenta e oito avos) ao mês:

	2011	2010
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	662	301
<b>Total</b>	<b>662</b>	<b>301</b>

##### 4.12.INVESTIMENTO

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

	2011	2010
Participações Soc. Permanentes	56	56
(-) Provisão para Desvalorização	(49)	(47)
<b>Sub-total</b>	<b>7</b>	<b>9</b>
Outros Investimentos	281	281
<b>Total</b>	<b>288</b>	<b>290</b>

##### 4.13.IMOBILIZADO

		Total líquido		
	Custo	Depreciação Acumulada	2011	2010
<b>Imobilizado em Serviço</b>				
Terrenos	279	-	279	279
Edificações, obras civis e benfeitorias	406	(318)	88	104
Máquinas e Equipamentos	57.750	(21.493)	36.257	33.398
Veículos	2.746	(1.718)	1.028	944
Móveis e Utensílios	407	(307)	100	46
	<b>61.588</b>	<b>(23.836)</b>	<b>37.752</b>	<b>34.771</b>

<b>Imobilizado em Curso</b>				
Máquinas e Equipamentos	1.626	-	1.626	1.319
Material em depósito de obras	3.115	-	3.115	2.646
Compras em andamento	0	-	0	43
	<b>4.741</b>	<b>-</b>	<b>4.741</b>	<b>4.008</b>

<b>Participação Financeira</b>				
Participações e Doações - Imobilizado em Serviço	(6.241)	-	(6.241)	(5.900)
Reintegração Acumulada	777	-	777	480
Participações e Doações - Imobilizado em Curso	(1.009)	-	(1.009)	(1.043)
	<b>(6.473)</b>	<b>-</b>	<b>(6.473)</b>	<b>(6.463)</b>
	<b>59.856</b>	<b>(23.836)</b>	<b>36.020</b>	<b>32.316</b>

Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815 de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 02 de 24 de dezembro de 1997 e nº 44 de 17 de março de 1999. Em função do disposto nas instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável) que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica. Mensalmente, são apropriadas às imobilizações em curso, através de rateio de até 10% dos gastos com pessoal e serviços de terceiros apropriados às ordens em curso.

##### 4.14.DETALHAMENTO DAS PRINCIPAIS OBRAS IMOBILIZADAS E BAIXADAS

**Continuação**

DESCRIÇÃO	IMOBILIZAÇÕES	BAIXAS
Ampliação de Rede Urbana	1.117	-
Ampliação de Rede Rural	223	-
Reforço de Rede Urbana	587	36
Reforço de Rede Rural	55	3
Melhoria de Rede Urbana	1.180	290
Melhoria de Rede Rural	281	11
Luz P/ Todos	818	4
Iluminação Pública	895	-
Medidor e Ramal Aéreo	291	-
Equipamento Geral	97	-
Veículos	420	-
<b>TOTAL</b>	<b>5.964</b>	<b>344</b>

**4.15. TAXAS DE DEPRECIÇÃO**

De acordo com a resolução ANEEL nº 02 de 24 de dezembro de 1997, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registrada e controlada por Unidade de Cadastro – UC são as seguintes:

Estrutura - Distribuição	5,0%
Condutor - Distribuição	5,0%
Luminária	7,7%
Medidor	4,0%
Transformador de Distribuição	5,0%
Veículo	20,0%
Equipamento Geral	10,0%
Edificação	4,0%

**4.16. DOS BENS VINCULADOS À CONCESSÃO**

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

**4.17. INTANGÍVEL**

	2011	2010
Intangível - em Serviço	1.078	1.078
( - ) Depreciação Acumulada	(552)	(386)
Intangível - em Curso	-	-
<b>Total</b>	<b>526</b>	<b>692</b>

**PASSIVO CIRCULANTE****4.18. FORNECEDORES**

	2011	2010
Energia Comprada p/ Revenda	4.043	3.575
Materiais e Serviços	350	704
<b>Total</b>	<b>4.393</b>	<b>4.279</b>

**4.19. FOLHA DE PAGAMENTO**

	2011	2010
Saldo de Salários a Pagar	333	333
Tributos e Contribuições Sociais retidos na fonte	110	93
Consignações em favor da Concessão e/ou Terceiros	27	20
<b>Total</b>	<b>470</b>	<b>446</b>

**4.20. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

	2011	2010
ICMS	2.329	2.127
FGTS	51	45
INSS	135	126
COFINS	373	377
PASEP	81	82
Parcelamentos	262	555
Outras	24	21
<b>Total</b>	<b>3.255</b>	<b>3.333</b>

**4.21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Em Moeda Nacional	2011		2010	
	Principal + Circulante	Encargos Não Circulante	Principal + Circulante	Encargos Não Circulante
Eletrobrás				
ECF 063/04	38	149	38	187
ECF 116/05	98	488	98	586
ECF 182/07	58	388	58	446
ECF 212/08	76	608	76	684
<b>Total</b>	<b>270</b>	<b>1.633</b>	<b>270</b>	<b>1.903</b>

Taxa de Juros de 5% ao ano, "PRO RATA TEMPORIS" sobre o saldo devedor corrigido, incorporado ao saldo durante o período de carência.

Taxa de Administração de 1% ao ano, vencível mensalmente sobre o saldo devedor corrigido.

**4.22. CREDORES DIVERSOS**

	2011	2010
Conta de Compensação Parcela A - Energia	53	-
Outros passivos regulatórios - Neutralidade Parcela A	766	-
Contas pagas em Duplicidade	18	27
Outros credores	14	4
<b>Total</b>	<b>851</b>	<b>31</b>

**4.23. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS**

	2011	2010
Provisão de Férias/Gratificação	551	516
Provisão INSS/FGTS	222	218
<b>Total</b>	<b>773</b>	<b>734</b>

**4.24. ENCARGOS DO CONSUMIDOR**

	2011	2010
Reserva Global de Reversão	87	37
Quota p/ Conta de Consumo de Combustível	319	259
Taxa de Fiscalização	10	8
Conta de Desenvolvimento Energético	207	178
<b>Total</b>	<b>623</b>	<b>482</b>

**4.25. ENCARGOS TARIFÁRIOS**

	2011	2010
Encargos de Capacidade Emergencial	8	8
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>8</b>

**4.26. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA**

	2011	2010
F.N.D.C.T	19	17
M.M.E.	10	8
Instituições de Pesquisa	731	555
Tesouro Nacional	29	52
Programa de Eficiência Energética	1.527	1.149
<b>Total</b>	<b>2.316</b>	<b>1.781</b>

**4.27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

	2011		2010	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhistas	-	-	34	-
Cíveis	182	-	168	18
<b>Total</b>	<b>182</b>	<b>-</b>	<b>202</b>	<b>18</b>

em atendimento à Deliberação da CVM nº 489/2005, destacamos que valor das causas Cíveis e Trabalhistas está classificado como de perdas possíveis ou de muito prováveis.

**4.28. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES**

	2011	2010
Contribuição p/Custeio de Serv. IL.Pública	221	199
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	72	71
Cauções em Garantia	-	-
Taxa do Lixo - PMCL	88	73
Outros	7	10
<b>Total</b>	<b>388</b>	<b>353</b>

**PASSIVO NÃO CIRCULANTE****4.29. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

	2011	2010
Parcelamento RFB	7	243
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>243</b>

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO****4.30. CAPITAL SOCIAL**

	2011	2010
Prefeitura Municipal de Campo Largo	30.880	24.872
FAPEN - Instituto de Aposentadoria e Pensões de Campo Largo	-	3.020
Demais Acionistas	120	108
<b>Total</b>	<b>31.000</b>	<b>28.000</b>

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2011	2010
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	444.139.217
FAPEN - Instituto de Aposentadoria e Pensões de Campo Largo	-	53.929.780
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
<b>Total</b>	<b>500.000.000</b>	<b>500.000.000</b>

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos Acionistas um Dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

**4.31. RESERVAS DE LUCROS**

	2011	2010
Reserva de Lucros	6.095	6.982

A reserva de retenção de lucros foi constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembléia Geral. A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

**4.32. CÁLCULO DOS DIVIDENDOS**

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos, como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 2.500 mil, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros, de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual.

Se não houvesse a opção do cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio, a base para os dividendos mínimos obrigatórios do exercício seria como segue:

	2011	2010
Lucro Líquido do Exercício	4.613	4.057
(-) Reserva Legal	(231)	(203)
Lucro Líquido Ajustado	4382	3.854
Dividendos Obrigatórios - 25%	1.096	963
(-) Juros s/Capital Próprio Imputado	(2.500)	(1.960)
Dividendos a pagar	-	-

**4.33. SEGUROS**

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

BEM SEGURADO	RISCO	DATA DE VIGÊNCIA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO
SEDE SOCIAL	Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Fumaça/ Danos Elétricos / Vendaval/ Impacto de Veículos e Queda de Aeronaves/ Roubo e/ou Furto de Valores e Bens / Responsabilidade Civil	17/01/2011 a 17/01/2012	785	4
ALMOXARIFADO	Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Fumaça/ Danos Elétricos / Vendaval/ Impacto de Veículos e Queda de Aeronaves/ Roubo e/ou Furto de Bens/ Responsabilidade Civil	17/01/2011 a 17/01/2012	1.120	4
ASCEL	Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Fumaça/ Vendaval, Granizo/ Roubo e/ou Furto de Bens/ Danos Elétricos	17/01/2011 a 17/01/2012	235	1
SUBESTAÇÃO	Incêndio, Queda de Raio e Explosão / Danos Elétricos / Equipamentos Estacionários / Vendaval, Fumaça	23/12/2011 a 23/12/2012	6.687	45
VEÍCULOS MOTOCICLETAS	Casco / Danos Materiais / Danos Corporais / Morte / Invalidez Permanente / Equipamentos Casco / Danos Materiais	24/06/2011 a 24/06/2012	Valor Mercado Referenciado	34

**INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Até 31 de Dezembro de 2011, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não mantém operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perda com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados à moeda estrangeira.

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

**Composição de saldos**

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 estão identificados a seguir:

Descrição	Saldo Contábil	Valor de Mercado (não auditado)
Disponibilidades	537	537
Aplicações Financeiras	2.584	2.584
Consumidores, concessionários e permissionários	10.254	10.254
Fornecedores e contas a pagar	(4.393)	(4.393)
Empréstimos e Financiamentos	(1.902)	(1.092)

Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

**Disponibilidades e aplicações financeiras**

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus Valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

**Contas a receber**

O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos Contábeis pela sua natureza de curto prazo.

**Gerenciamento de riscos**

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como:

**Risco de crédito**

Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente;

**Concentração de risco de créditos**

Como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

## RESULTADO OPERACIONAL

## 4.34.FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Classes	Nº consumidores		Consumo em MWh		Valor - R\$ (mil)	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Residencial	36.947	35.341	67.435	62.539	23.194	20.308
Industrial	536	506	141.110	130.256	32.355	29.531
Comercial	2.757	2.680	32.550	29.740	9.747	8.428
Rural	1.509	1.389	6.383	6.432	1.223	1.202
Poder Público	204	203	4.230	3.964	1.296	1.133
Iluminação Pública	1	1	11.745	9.857	2.015	1.629
Serviço Público	36	36	4.753	4.488	1.041	968
Consumo Próprio	2	2	100	109	-	-
Neutralidade Parc A	-	-	-	-	(754)	-
Subtotal	41.992	40.158	268.306	247.385	70.117	63.199
ICMS					27.911	24.916
Fornecimento Não Faturado					187	(163)
<b>TOTAL</b>	<b>41.992</b>	<b>40.158</b>	<b>268.306</b>	<b>247.385</b>	<b>98.215</b>	<b>87.952</b>

## 4.35. OUTRAS RECEITAS

	2011	2010
Renda Prestação de Serviços	66	98
Serviço Taxado	660	364
Arrendamento e Aluguéis	666	668
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	751	1.316
Receitas não operacional	30	217
Outros	67	56
<b>Total</b>	<b>2.240</b>	<b>2.719</b>

## 4.36. QUOTA PARA RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO

	2011	2010
Quotas Recolhidas no Exercício	795	436
<b>Total</b>	<b>795</b>	<b>436</b>

## 4.37. PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIENTIZAÇÃO ENERGÉTICA

	2011	2010
Programa de Eficientização Energética	271	250
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	108	100
Fundo Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico - FNDCT	109	100
Ministério de Minas e Energia - MME	54	50
Tesouro Nacional (*)	163	150
<b>Total</b>	<b>705</b>	<b>650</b>

(\*) Conforme a Lei nº 12.111 de 09/12/2009 em seu artigo 6º, desde 1º de Janeiro de 2010, as concessionárias e as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, ficaram obrigadas a recolher novo encargo setorial ao Tesouro Nacional, calculado em 0,30% sobre a ROL – Receita Operacional Líquida, para fins de ressarcimento às Unidades da Federação que tiveram perda de receita decorrente da queda de arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica, em virtude da interligação ao Sistema Interligado Nacional – SIM.

## 4.38. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	Em MWh		em R\$ (mil)	
	2011	2010	2011	2010
Copel – Compra de Energia	283.289	262.706	29.785	28.196
Encargos do Uso da Rede Elétrica	-	-	6.606	6.550
Passivo Financeiro – Resolução 243/2006 e 663/2008 - Aneel	-	-	-	-
Prorfa	-	-	1.168	1.223
Conta Compensação Parcela A - CVA	-	-	11	(325)
Crédito COFINS/PASEP	-	-	(3.470)	(3316)
<b>Total</b>	<b>283.289</b>	<b>262.706</b>	<b>34.100</b>	<b>32.328</b>

## 4.39. OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas operacionais em 2010 e 2011, são as seguintes:

Natureza	Custo de Bens e/ou Serviços		Despesas com Despesas Gerais Administrativas		Total Consolidado
	2011	2010	2011	2010	
Pessoal	3.166	1.291	2.123	6.580	
Administradores	192	-	953	1.145	
Material	442	65	112	619	
Serviços de Terceiros	975	335	1.269	2.579	
Depreciação e amortização	1.966	11	210	2.187	
Taxa de Fiscalização	83	13	7	103	
Arrendamento e Aluguéis	-	67	-	67	
Seguros	67	4	10	81	
Tributos	1	-	63	64	
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	86	86	
Provisões	-	6	6	12	
( - ) Recuperação de despesas	-	-	-45	-45	
Outras despesas	-	-	86	86	
Custo dos Serv.Prest.a terceiros	156	-	-	156	
Indenização de Equipamentos	-	93	-	93	
Despesas Não Operacionais	154	48	-	202	
<b>Total</b>	<b>7.202</b>	<b>1.933</b>	<b>4.880</b>	<b>14.015</b>	

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**BEZ & ASSOCIADOS** Auditores Independentes Aos Administradores da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes:**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria, que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Natureza	Custo de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais Administrativas	Total Consolidado
Pessoal	3.911	1.296	2.732	7.939
Administradores	192	-	821	1.013
Material	527	68	158	753
Serviços de Terceiros	1.231	411	1.493	3.135
Depreciação e amortização	1.890	11	259	2.160
Taxa de Fiscalização	94	14	8	116
Arrendamento e Aluguéis	-	52	-	52
Seguros	59	2	14	75
Tributos	1	-	51	52
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	71	71
Provisões	-	59	-38	21
( - ) Recuperação de despesas	-	-	-29	-29
Outras despesas	23	18	46	87
Custo dos Serv.Prest.a terceiros	54	-	-	54
Indenização de Equipamentos	-	72	-	72
Despesas Não Operacionais	133	44	-	177
<b>Total</b>	<b>8.115</b>	<b>2.047</b>	<b>5.586</b>	<b>15.748</b>

## 5.PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos Empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

A empresa constituiu provisão para pagamento de participações nos lucros do exercício de 2011, no valor de R\$ 415 mil, abaixo do montante máximo a ser pago, conforme consta no Art. 29, incisos V e VI, do Estatuto Social, estando este sujeito a aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

## 6.RECONCILIAÇÃO DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.011	2.010
Imposto de renda e contribuição social (34%)	4.613	3.656
Efeitos Fiscais Sobre:	1.568	1.243
(-) Participação nos Resultados	(123)	(108)
(-) Incentivos Fiscal	(31)	(20)
(+) Depreciação e Baixa Complementar	3	5
(-) Provisão para Devedores Duvidosos e contingência e de participação societária	(4)	(2)
(+) Adições Temporárias	85	42
(+) Doações	59	29
(-) Outros	(24)	(11)
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	1.363	1.178

## 7.UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

Conforme Decreto nº 4.873, de 11 de Novembro de 2.003, foi instituído o Programa de Universalização – Luz para Todos, a ser realizado sem qualquer ônus aos consumidores.

Foram celebrados 4 (quatro) contratos junto a Eletrobrás para a realização das obras do Programa "Luz para Todos", ou seja, 4 (quatro) etapas que deverão ser cumpridas, conforme discriminado no quadro abaixo:

	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	4ª etapa	Total
	Contrato nº 063/04	Contrato nº 116/05	Contrato nº 182/07	Contrato nº 212/08	
Cocel	216	528	162	543	1.449
CDE	432	1.056	-	1.086	2.574
RGR	432	1.056	647	1.086	3.221
<b>TOTAL</b>	<b>1.080</b>	<b>2.640</b>	<b>809</b>	<b>2.715</b>	<b>7.244</b>

Sendo:

RGR – Reserva Global de Reversão – Recursos decorrentes de subvenção econômica. Financiada.

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético – Subsidiado.

COCEL – Agente Executor – Recursos próprios.

Dos montantes de financiamentos previstos para serem aportados pela Eletrobrás no valor de R\$ 5.794 mil, a títulos de CDE e RGR, estão pendentes de liberação o valor de R\$ 652 mil, referente ao contrato 212/08 que está previsto para ocorrer em 2012.

## 8.DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADES

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente as atividades de Distribuição, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o município de Campo Largo, e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica.

GERSON OSMAR GABARDO  
DIRETOR PRESIDENTE

HEITOR OTÁVIO DE JESUS LOPES  
DIRETOR JURÍDICO/ADMINISTRATIVO

VICTOR LUIZ OKRASKA  
DIRETOR ECONOMICO FINANCEIRO

LUCIANO MARCOS KLOS  
CONTADOR

CRC/PR – 27.658/O-8

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2011, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação pelos senhores Acionistas. Campo Largo 31 de maio de 2012.

PAULO CEZAR COELHO BERTON

VANESSA DO CARMO ALVES FERREIRA

ANTONIO CARLOS VILCHEKI

## PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º- do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral. Campo Largo 31 de maio de 2012.

JUAREZ CARLOS BASTITEL

JOÃO ANTONIO FELTRIN

JOÃO FRANCISCO IVANOSKI

JOSÉ ANTONIO BASSO

JUCIMARA PELIM

JOSÉ ROBERTO GONÇALVES DA LUZ

ILTON PELIZZARI

HAROLDO SILVA

ADIR FERREIRA DA SILVA

CARLOS ALBERTO DE ANDRADE

MARCIO ISRAEL SARNIK

LAIS FERRELI DA CRUZ

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis:**

Conforme descrito nas notas explicativas, as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Sociedade não aplicou, no entanto, o previsto no ICPC 01 – Contratos de Concessão.

A Sociedade mantém registrado no grupo de contas Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, grupo redutor do Imobilizado, no Ativo Não Circulante, o valor de R\$ 6.473 mil. Devido à ausência de conciliação dos valores mantidos em referido grupo, bem como de controles analíticos para suportar os saldos contábeis, não foi possível aplicarmos procedimentos de auditoria que nos permitissem concluir quanto a adequação dos saldos apresentados.

**Opinião com ressalvas sobre as Demonstrações Contábeis:**

Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros assuntos****Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 12 de março de 2011, contendo modificação quanto ao mesmo assunto descrito no primeiro parágrafo do item Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis.

Maringá - PR, 19 de maio de 2012

BEZ & Associados Auditores Independentes S/S  
CRC PR 5.010/O-2

Valdemir Bez  
Contador  
CRC PR 037.262/O-2